

Sobre currículos, modo de fazer e as necessidades da população brasileira: uma reflexão sobre o ensino das doenças infecciosas e parasitárias na Universidade de Brasília.

Matéria recente do Boletim da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical recolheu opiniões de respeitados professores sobre o possível impacto da reforma curricular do curso de medicina da Universidade de Brasília sobre o ensino das doenças infecciosas e parasitárias. Manifestaram os entrevistados o seu receio de perda de relevância das doenças infecciosas dentro da nova proposta e a perda da obrigatoriedade desse conteúdo. Trata-se, no entanto, de uma interpretação precipitada que felizmente não encontra fundamento nos fatos concretos que descrevemos a seguir.

A reforma curricular da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília é fruto de longos anos de discussão onde houve ampla e irrestrita participação de docentes e estudantes. O novo currículo, suficientemente amadurecido, foi aprovado por unanimidade e reflete o trabalho de muitas pessoas, todas elas preocupadas pelo aprimoramento do ensino em medicina e a urgente necessidade de mudanças para atender tanto as novas diretrizes curriculares emanadas do Ministério da Educação, quanto os anseios da população brasileira em relação ao cuidado em saúde.

Um ponto crucial nas discussões sobre o perfil dos médicos a serem formados na nossa escola foi a constatação do fenômeno da especialização precoce do estudante que o deixa cada vez mais distante das necessidades mais prementes do setor saúde. Ao mesmo tempo, tornou-se evidente o risco que a alienação de uma formação exclusiva em cenários de atenção terciária e quaternária traz para favorecer o processo de desumanização do profissional da medicina, transformando-o em operador de tecnologias complexas com visão fragmentada do ser humano em franco antagonismo com o perfil desejado de cuidador pleno e integrador central do processo de cuidado em saúde.

Tendo esses problemas essenciais como ponto de partida, o novo currículo apresenta características que permitem resolver a desintegração entre os diversos saberes necessários para a formação médica e, paralelamente, favorece o desenvolvimento do aprendizado em múltiplos cenários com aquisição crescente de conhecimento, habilidades e atitudes próprias de um profissional generalista.

Nesse contexto, o campo das doenças infecciosas e parasitárias foi inserido em três eixos cruciais da formação. No eixo da saúde coletiva, que envolve a medicina de família e comunidade, serão abordados os agravos infecciosos mais relevantes que acometem populações negligenciadas. Essa aproximação permitirá que o estudante compreenda os múltiplos fatores de natureza social, econômica e biológica que perpetuam essas doenças, dentro de uma visão abrangente, tanto na esfera individual quanto coletiva, que sustente a prática da prevenção e do tratamento na atenção primária. No eixo de urgência e emergência, as doenças infecciosas e parasitárias serão abordadas de forma sindrômica para que o estudante tenha oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades para a detecção eficiente e oportuna dos agravos mais relevantes nesse cenário. No eixo do cuidado à saúde do adulto, as doenças infecciosas serão abordadas na sua complexidade própria do cenário hospitalar. Propõe-se ainda a integração dos tópicos abordados nos eixos da saúde da mulher, da criança e do adolescente para enfrentar os desafios particulares nessas populações.

Finalmente, como pano de fundo haverá uma abordagem progressiva dos temas relativos ao uso racional de antimicrobianos nos diversos cenários de atenção e de sensibilização constante para a compreensão da relevância das infecções relacionadas à assistência em saúde.

Para a articulação de uma matriz curricular com esse nível de integração houve a necessidade de desconstruir a estrutura de disciplinas tradicionais como a disciplina Doenças Infecciosas e Parasitárias e tantas outras que eram ministradas de forma isolada. Este gesto, certamente foi o mais difícil, pois avançou sobre matérias que culturalmente nos são muito familiares, quais sejam: a demarcação de territórios, o exercício do poder e a gestão feudal dos nossos espaços docentes e acadêmicos. Manifestamos aqui a nossa enorme satisfação ao ver que, de mãos dadas com as áreas de Medicina Social e de Clínica Médica, o Núcleo de Medicina Tropical conseguiu avançar e dar mais um passo para sustentar a proposta que ora apresentamos à sociedade brasileira.

O acompanhamento desta experiência pelas sociedades acadêmicas, sociedades de especialistas e a sociedade civil organizada e não organizada será muito útil para o enriquecimento constante da nossa proposta. Essa participação, certamente é bem-vinda como parte de uma interlocução qualificada e propositiva com o ambiente externo à universidade. No entanto, ela só renderá frutos se partir do reconhecimento tácito por todas as partes da absoluta necessidade do respeito pleno ao exercício autônomo das prerrogativas de cada um dos atores do processo.

Reconhecemos que o caminho que trilharemos nos próximos anos será árduo. Mudar é um desafio imposto pela realidade dos problemas de saúde que os velhos currículos das nossas Faculdades de Medicina não ajudaram a resolver. O Núcleo de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília não se furtou frente a esse desafio e renova aqui, publicamente, o seu compromisso com a formação dos futuros médicos que contribuirão para a solução desses problemas tendo como referência a prática humana de cuidadores integrais da saúde da população.

Brasília, 17 de março de 2015.

Gustavo Adolfo Sierra Romero – gromero@unb.br

Elza Ferreira Noronha – elzafer@unb.br

Núcleo de Medicina Tropical

Universidade de Brasília